

O que dizem as famílias? Breve reflexão sobre ensino remoto em tempos de pandemia

What do families say? Brief reflection on remote teaching in times of pandemic

DOI:10.34117/bjdv7n2-554

Recebimento dos originais: 02/01/2021

Aceitação para publicação: 24/02/2021

Lívia Mello Lopes de Almeida

Especialista em educação especial e inclusiva pela AVM/UCAM
Professora de Educação Especial Prefeitura Municipal de Mesquita-RJ
Professora de Educação Especial Prefeitura Municipal de Duque de Caxias-RJ
E-mail: livia_mello06@yahoo.com.br

Luiza Alves Cavalcante

Pedagoga pela Universidade Estácio de Sá
Graduanda em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá
Professora de Educação Especial Prefeitura Municipal de Mesquita-RJ
E-mail: luizacsimas@gmail.com

Ana Rita Gonçalves Ribeiro de Mello

Mestre em Ensino de Ciências pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Professora de Educação Especial Prefeitura Municipal de Mesquita-RJ
E-mail: anademello@outlook.com.br

RESUMO

Tendo em vista a realidade atípica provocada pela Pandemia de COVID-19 – e, conseqüentemente, as mudanças provenientes desta crise sanitária – o presente trabalho pretende explicar a dinâmica da Educação Especial no município de Mesquita-RJ na perspectiva da família dos educandos. No município de Mesquita-RJ, através da Gerência de Educação Especial, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) voluntário com professores de educação especial, subdividindo este em três eixos para melhor pesquisar e compreender a nova realidade educacional: o que dizem os alunos; o que dizem as famílias; e o que dizem as legislações. Dessa forma, deu-se voz aos vários agentes envolvidos no processo educacional para refletir e melhor inferir sobre essa nova realidade, buscando aplicações mais interessantes e pertinentes aos discentes.

Palavras-chave: Pandemia de COVID-19, Educação Especial, Famílias.

ABSTRACT

The present article has the objective of exploring the Special Needs Education dynamics during the COVID-19 pandemic from the nuclear family optics. Individuals involved in this research attend a public school in Mesquita-RJ – municipality which chose to form a working group (GT) with special needs educators to carry on the academic year. These volunteer teachers organized the research through three perspectives: what students say; what families say; what the law says. In that way, it was possible to give a voice to those

individuals involved in the educational process, in order to reflect and understand this new reality to pursue future applications in lesson planning and online classes.

Keywords: Covid-19 pandemic, Special Needs Education, Family.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19 – tem trazido significativas mudanças ao cenário mundial, afetando as diversas áreas da vida. Com isso, as autoridades sanitárias adotaram o distanciamento social como forma de conter a rápida escalada do contágio da COVID-19, como o fechamento imediato das escolas – o que interferiu diretamente na rotina e nas relações interpessoais dos envolvidos no processo educacional (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Diante desta situação, a escola, enquanto espaço de aprendizagem e socialização, também necessitou adotar estratégias e se posicionar para emitir orientações quanto ao prosseguimento das atividades letivas. No caso em questão, aulas remotas têm sido utilizadas para tal fim.

Dessa forma, neste novo cenário proveniente da pandemia pelo novo Coronavírus, a esfera escolar precisou desenvolver estratégias para que as atividades letivas e, por conseguinte, o processo de ensino-aprendizagem não fosse interrompido. No entanto, as atividades remotas – modalidade adotada temporariamente em substituição ao ensino presencial – não tem alcançado com equidade os discentes.

O presente trabalho, nesse contexto, é fruto de uma pesquisa de campo proveniente de um grupo de trabalho intitulado “Grupo de Trabalho Educação Especial e Pandemia” – doravante GT. Criado pela Gerência de Educação Especial de Mesquita-RJ, neste GT, docentes da Educação Especial se voluntariaram e se prontificaram a: se reunir e debater sobre o momento vivido; e levantar dados para conhecer e aproximar alunos, famílias e docentes; em cumprimento aos direitos civis e à eliminação de barreiras.

De maneira exploratória, foi elaborado um questionário contendo perguntas objetivas e discursivas para ser direcionado às famílias através de um formulário online. As respostas geradas foram trabalhadas por meio de gráficos, mostrando que há ainda uma dificuldade de acesso ao ensino remoto por falta de internet. Além disso, os responsáveis dos alunos envolvidos também elegeram quais atividades práticas eram mais atraentes aos alunos e relataram a necessidade de interação – própria do ambiente escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a COVID-19 se caracterizava como pandemia, em virtude da disseminação comunitária em todos os continentes. Para contê-la, recomendou-se três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social (BRASIL, 2020). Desde o início do isolamento social há uma preocupação e busca constante de reinvenção para condições materiais de sobrevivência. Cada seguimento da sociedade, ao seu modo e como pode, tenta estabelecer novas formas de ação nesse difícil contexto que conta com a presença de um vírus letal que se espalha mundo afora.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação, a CNE/CP nº 5/2020, afirma que os serviços, recursos e estratégias para o atendimento aos alunos público-alvo da educação especial devem ocorrer com um padrão de qualidade no qual os professores regentes e especializados, em articulação com as famílias, devem assegurar as atividades pedagógicas não presenciais, bem como o Atendimento Educacional Especializado – doravante AEE. Ainda, cabe aos professores do AEE adequar materiais, orientar e apoiar as famílias, além de dar suporte às escolas na elaboração de planos individualizados (BRASIL, 2020).

Voltada a esta questão, a Prefeitura Municipal de Mesquita utiliza uma plataforma digital na qual são disponibilizados vídeos e atividades interativas, bem como material a ser impresso. Este deverá ser feito pelos alunos, de maneira correspondente a cada dia letivo, e são separados por segmento, turno e unidade escolar, contemplando os alunos do Ensino Fundamental – regular/integral; Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, cujos dias de aula a distância seguirão o calendário escolar atualizado. No caso da Educação Infantil, estão disponíveis atividades interativas e concretas.

Por atividades pedagógicas não presenciais entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou não a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições para realização de atividades escolares com a presença física de estudantes na unidade educacional da educação básica ou do ensino superior (BRASIL, 2020, P. 21).

Dessa forma, a Gerência da Educação Especial do município, dentre as várias demandas, dúvidas, angústias e perspectivas, sugeriu a formação de um grupo de trabalho, composto por docentes voluntários da Educação Especial, a fim de realizar estudos investigativos que pudessem favorecer a aproximação da educação especial do município

à realidade de seu público-alvo. Dessa forma, o grupo criado é denominado de Grupo de Trabalho (GT) Educação Especial e pandemia.

Considerando as propostas de trabalho do GT, este dividiu a pesquisa em três eixos: 1) “O que dizem os alunos em tempos de pandemia”, responsável por ouvir os alunos; 2) “O que dizem as famílias”, com a responsabilidade de ouvir as famílias; 3) “Legislação municipal e federal sobre Educação Especial em tempos de pandemia”, responsável pelo levantamento de documentos oficiais sobre Educação Especial produzidos neste tempo de pandemia, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal. O presente trabalho tem seu enfoque no segundo eixo, “O que dizem as famílias”.

A investigação consistiu em uma pesquisa de campo com o emprego de um questionário online como instrumento de coleta de dados, abrangendo dados qualitativos e quantitativos, com perguntas objetivas e discursivas, disponibilizado na Plataforma *Google Forms*¹. As informações concedidas pelos responsáveis participantes foram coletadas e serviram de embasamento para a construção de gráficos que demonstram as condições cotidianas enfrentadas pelos alunos público-alvo da Educação Especial da rede pública municipal de Mesquita-RJ.

É importante salientar que este trabalho investigativo tem se desdobrado a fim de conhecer os limites e as possibilidades deste processo em casa e, com isso, oferecer possibilidades para melhoria e aperfeiçoamento das atividades que são encaminhadas a estes alunos, bem como subsidiar os poderes legislativo e executivo na consecução de políticas públicas fazendo prevalecer os direitos civis e a eliminação de possíveis barreiras.

Como o trabalho está no seu início, até então quatro unidades de ensino foram pesquisadas – no caso deste trabalho, as unidades escolares das docentes componentes do GT do eixo “O que dizem as famílias”, com o retorno de quatorze (14) famílias. No entanto, faz-se necessário colocar que o GT tem se empenhado objetivando a ampliação da coleta de dados de mais unidades de ensino, uma vez que não há dados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou Ensino Fundamental II, pelo fato de que as escolas participantes, até o presente momento, não atendem o público destinado ao EJA; e, no caso do Ensino Fundamental II, nenhuma família fez a devolutiva do questionário.

¹ O *Google Forms* é um serviço gratuito para criar formulários online. Nele, o usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções. A ferramenta é ideal para quem precisa solicitar feedback sobre algo, organizar inscrições para eventos, convites ou pedir avaliações.

Em um momento inicial, buscou-se uma sondagem básica, abordando as esferas pedagógica, tecnológica e sociais, como: 1) o acesso da família à plataforma digital; 2) como a família articula o apoio ao aluno na execução das atividades; 3) como este estudante tem recebido as atividades; 4) o estado emocional da família em relação ao ensino remoto; e 5) considerações gerais da família, como concordância ou não do retorno às aulas presenciais e sugestões diversas. A devolutiva de tal sondagem elucida sua importância quando pontuado que os principais agentes do desenvolvimento do trabalho docente, planejado de forma remota, têm sido as famílias.

Se o vínculo escola-família sempre representou um elo fundamental no processo educacional, sua efetividade nunca foi tão explícita quanto neste momento. Lane (1985) salienta que “por origem e por natureza o ser humano não pode existir nem experimentar o desenvolvimento próprio de sua espécie como uma ilha isolada, tem necessariamente seu prolongamento nos demais; de modo isolado não é um ser completo” (P. 43). Tal afirmativa pauta e norteia o trabalho realizado em tempos de pandemia, visto que o isolamento social facilita o surgimento das ditas “ilhas” no processo educacional. Logo, estreitar laços e buscar o potencial máximo da extensão do ambiente escolar às residências dos educandos representa a garantia do direito constitucional de acesso à educação, ainda que por meio de barcos em tempos turbulentos.

2.1 A EXPERIÊNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NÃO PRESENCIAL

Diante desta situação, a maior dificuldade neste tempo é a promoção de práticas de inclusão, principalmente pelo fato de oferecer possibilidades para a participação dos alunos nas atividades propostas e, assim, proporcionar a garantia do direito de os mesmos aprenderem os conteúdos curriculares – bem como conteúdos e ensinamentos para a vida cotidiana.

Considerando o contexto em que os professores da educação especial e do Atendimento Educacional Especializado têm desenvolvido sua prática, tem-se esbarrado no que é compreensível de ser e ter atributo significativo e necessário ao aluno. Por um lado, há a determinação da Secretaria Municipal de Educação quanto à disponibilização de material semanalmente na plataforma e/ou impresso para que o aluno acesse e cumpra a carga horária necessária, conforme legislação do Conselho Nacional de Educação. Por outro, há insegurança por parte docente de como essas atividades têm sido acolhidas e desenvolvidas pelo estudante de forma a afetá-lo positivamente.

Neste cenário, ainda que a tecnologia medeie algumas circunstâncias com metodologias interativas de comunicação audiovisual – como falar, ver e se comunicar – para outras ainda não foram identificados recursos que consigam superar a lacuna da mediação no propósito da inclusão: nem videochamadas, vídeos gravados, ou fotos.

Assim, caracterizamos a prática do professor inclusivo nesse tempo de pandemia como contrária à proposta da professora Mônica Santos, em “Orquestrando Práticas de Inclusão me nosso Dia a Dia” (2006). Isso porque a preciosidade do trabalho individualizado está na relação socioafetiva, no fato de o professor intervir diante da condição do aluno no processo de aprendizagem ao compreender, por exemplo, a maneira que o aluno recebe as questões e desafios e já prover as estratégias para as possíveis reações do aluno diante dessas situações, pois o educador terá diferentes maneiras de ensinar dentro uma mesma perspectiva.

Nesse sentido, o professor de educação especial na perspectiva inclusiva, por motivo, não de sua vontade, mas em decorrência da situação de emergência sanitária, não tem tido o engajamento almejado em sua ação pedagógica, visto que:

Orquestrar nossas práticas é, então, administrar, com esta maestria que nos permite, ao mesmo tempo que reconhecer as diferenças e individualidades em jogo nos processos educacionais, mediá-las de modo a extrair de cada uma delas o melhor, sem perder de vista que fazem parte de um todo (uma grande orquestra), cuja diversidade e riqueza podem torná-la ainda mais harmônica, mais sinfônica (SANTOS, 2016, P. 16).

Os professores não ficaram inertes; continuaram seu trabalho de mobilização e de diferentes tentativas de alcançar o aluno. No cenário apresentado, as poucas ações alcançadas se deram por meio da família que, por esforço e interesse, disponibilizou algum tempo para se dedicar ao ensino não presencial do filho. Todavia, a dinâmica de ensino estabelecida acarretou tédio, desânimo e grande exaustão física e mental de pais e alunos que, sem muita opção, seguiram dois caminhos: desistiram ou cumpriram sem muita motivação as propostas pedagógicas.

Os ambientes virtuais de aprendizagem, as chamadas *lives*, não foram realidade para o município referenciado, tampouco ao público do estudo, pois a conjuntura atual das famílias e alunos não é compatível com as exigências do ciberespaço para o contexto educacional. É preciso olhar para a realidade do aluno, o meio em que ele vive e em que condições ele aprende.

O que se tem percebido é que esta dinâmica impôs um ritmo em que prevalece a abordagem de conteúdo sem a inferência crítica e dinâmica do aluno no processo de ensino aprendizagem. Assim,

Tal perspectiva está em flagrante diante da mera transposição didática de conteúdos da educação presencial para a não presencial, com olhar direcionado em grande parte para a transmissão e não para processos de subjetivação, construção conjunta, interdisciplinaridade, com um olhar direcionado para a autoria, a formação para a cidadania, a cultura contemporânea e um currículo integrado entre si e com as questões da sociedade em que as escolas estejam inseridas (MARTINS; ALMEIDA, 2020, P. 220).

Estamos em um processo de revisão de nossa cultura, cujo contexto é de abrangência mundial, marcado por ações históricas, econômicas, sociais e comportamentais em uma dimensão ampla e generalizada, com envolvimento da sociedade, família e escola, o que nos permitirá ter novas formas de concepção e organização das relações humanas no momento atual e no pós-pandemia.

3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados obtidos por meio do questionário mostraram pelos gráficos que a dificuldade de acesso à plataforma é limitada pela falta de internet, com 64,3% das famílias nesta condição, conforme ilustrado na figura 1. Este dado mostra-se em consequência da precariedade de acesso à internet pela população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que é corroborado por um estudo da Casa Fluminense² denominado de “Mapa da Desigualdade” (CASA FLUMINENSE, 2020), que mostra que o acesso à internet de qualidade ainda não é uma realidade nos domicílios de parte dos 22 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com a pandemia, o problema se torna mais grave, pois o ato de estudar em casa e acompanhar aulas online se tornam impraticáveis.

² Casa Fluminense é uma organização que foi estruturada como associação civil sem fins lucrativos, autônoma e apartidária, e tem na rede seu elemento constitutivo essencial, e foi formada em 2013 por ativistas, pesquisadores e cidadãos identificados com a visão de um Rio mais integrado, com a promoção de ações compartilhadas visando a igualdade, o aprofundamento democrático e o desenvolvimento sustentável no Rio.

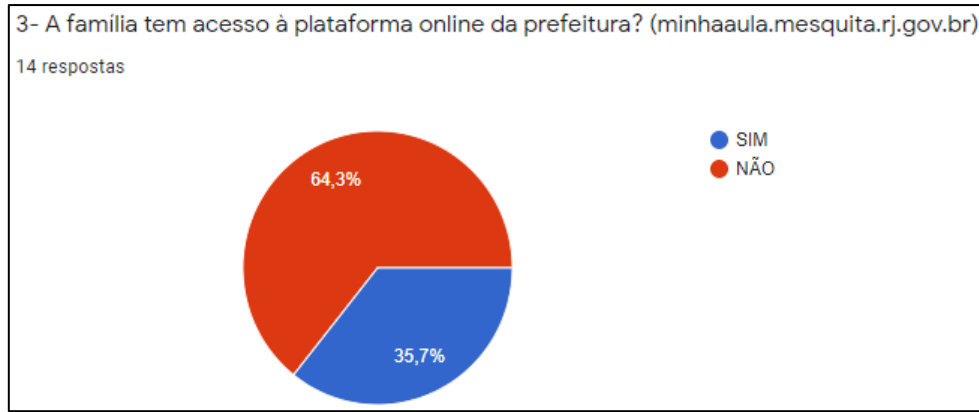


Figura 1- Acesso à plataforma
Fonte: Grupo de Trabalho Educação Especial e Pandemia, 2020.

O gráfico acima indica a consonância com os dados registrados no “Mapa da Desigualdade de 2020” (CASA FLUMINENSE, 2020, P. 43), comprovando e corroborando o baixo índice percentual de pontos de acesso à internet na baixada fluminense, salientando que a grande maioria dos moradores da região acessam a internet apenas por dados móveis em seus aparelhos celulares, e pontuando que no município de Mesquita apenas 45,4% da população dispõe de conectividade, ou seja, menos da metade da população residente no município possui recursos de acesso à rede.

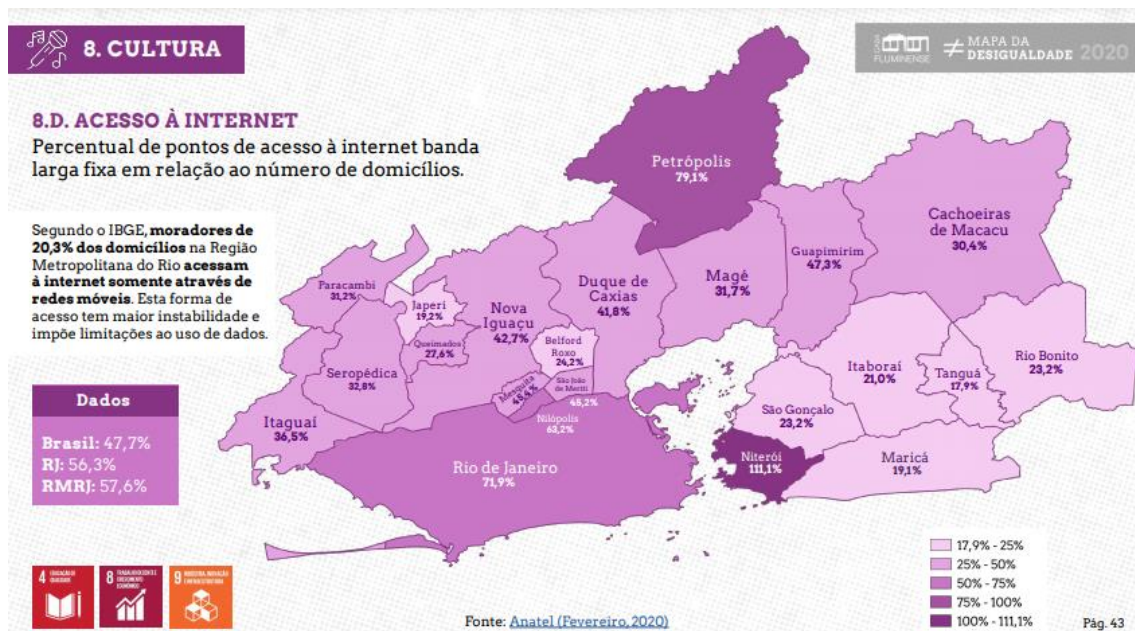


Figura 2- Mapa da Desigualdade pertinente a acesso à internet
Fonte: Mapa da Desigualdade (CASA FLUMINENSE, 2020, P. 43).

O “Mapa da Desigualdade de 2020” (CASA FLUMINENSE, 2020, P. 43), conforme ilustrado na figura 2, demonstra que há necessidade de democratizar o acesso à informação, uma

vez que o estudo destaca que, na Região Metropolitana do Rio, 20% dos domicílios só acessam a internet por dados móveis por meio do uso de celular, com todas as limitações no uso de dados.

Assim, nota-se que a questão de infraestrutura está relacionada à dificuldade das famílias, o que limita o ensino remoto – fato que apareceu nas respostas de algumas famílias de Mesquita que forma ouvidas. Este aspecto apenas corrobora os fatores supracitados no que tange a tecnologia, pois, uma vez que videochamadas, fotos, vídeos e todo aparato tecnológico não sejam suficientes para suprir a lacuna que a ausência dos profissionais tem causado na vida do educando e conseqüentemente de suas famílias, a ausência deste contato via atendimento remoto acarreta prejuízos ainda maiores e contribui para o distanciamento destes importantes eixos: família-escola.

A dificuldade de contato por canais virtuais para diálogos e trocas sobre como as atividades têm sido desenvolvidas com os educandos relatadas por alguns profissionais da rede e por grupos familiares mediante repostas no questionário, desponta para a possibilidade de um fator alarmante: uma mútua desmotivação.

Outro resultado a ser destacado é a questão das famílias, em sua maioria, relataram o cansaço como principal sentimento em relação ao ensino remoto. Isso nos faz questionar como o modelo empregado no município está sendo – ou não – positivo para os educandos e suas famílias que, por sua vez, hoje, são os principais agentes de interlocução dos alunos no processo de ensino aprendizagem.

Decorre ainda que muitos familiares não dispõem de tempo hábil – ou dispõem de tempo reduzido – para a execução das atividades, pois ainda estão exercendo as jornadas de trabalho além da administração das tarefas domiciliares cotidianas. Assim, quando questionados sobre o quantitativo de tempo disposto para realização das atividades, encontramos como parâmetros a seguinte faixa horária semanal:

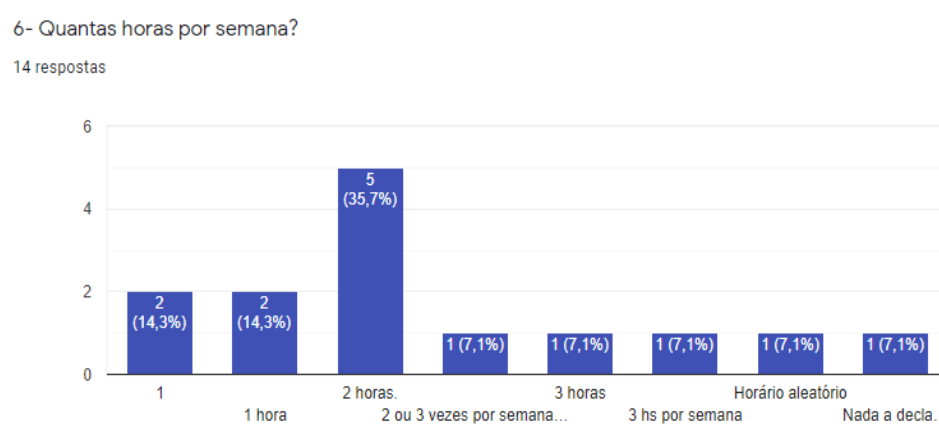


Figura 3- Carga horária de realização das atividades remotas
Fonte: Grupo de Trabalho Educação Especial e Pandemia, 2020.

De fato, compreender os contextos socioculturais da sociedade em que estes educandos estão inseridos é fundamental. Szymanzki (2003) aponta dois possíveis fatores que dificultam a maior efetividade dos responsáveis quanto a participação nas atividades escolares quando ressalta que “[...] sua condição de famílias trabalhadoras dificulta um acompanhamento mais próximo do trabalho acadêmico das crianças. Sua baixa escolaridade também dificulta esse acompanhamento” (P. 68). Justamente este excesso de demandas pode contribuir para que o sentimento de cansaço ou desmotivação quanto à realização das atividades remotas encontre sua constante crescente, como notado nos resultados do questionário.

8- Como você se sente com relação as aulas online?

14 respostas

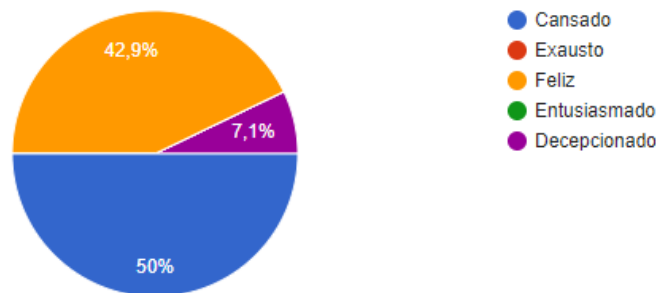


Figura 4- Expectativa familiar quanto ao ensino remoto
Fonte: Grupo de Trabalho Educação Especial e Pandemia, 2020.

Em última instância, cabe ressaltar que embora os apontamentos iniciais evidenciem a importância da iniciativa, a priori, as famílias se mostraram reticentes quanto ao preenchimento da pesquisa. Tal fator denota a necessidade de reflexão e conscientização junto às famílias sobre seu protagonismo no processo de ensino-aprendizagem e, de forma mais abrangente, quanto ao seu direito de participação das propostas educacionais ofertadas, pois, segundo Reis (2007):

Os pais devem tomar consciência de que a escola não é uma entidade estranha, desconhecida e que sua participação ativa nesta é a garantia da boa qualidade da educação escolar. As crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo. Assim, as duas mais importantes instituições da sociedade contemporânea, a família e a escola, devem unir esforços em busca de objetivos comuns. (REIS, 2007, P. 6)

Pensar a educação é uma tarefa coletiva cujos resultados são colhidos de forma mais eficaz quando propostos de forma colaborativa, e o advento da pandemia de COVID-19 traz um desafio ainda maior: repensar a educação de forma a respeitar o

isolamento social. Todavia, pensar em isolamento social não representa – ou não deveria representar – o distanciamento dos vínculos escola-família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos iniciais indicaram a importância desta iniciativa do município de Mesquita em conhecer melhor a realidade de seus discentes com necessidades educacionais especiais, no sentido de nortear e/ou redirecionar o plano de ação educacional e de conduta diante desta situação emergencial, pois tentar entender os fatos é um indicativo de evolução do processo ensino-aprendizagem.

Mais do que nunca ficou clara a diferença abissal socioeconômica e cultural da população brasileira, evidenciado neste trabalho que possui como recorte geográfico um município do segundo estado mais rico da nação. Nele, a falta de estrutura nas telecomunicações e a precariedade de infraestrutura urbana limitaram consideravelmente o processo do ensino remoto, petrificando uma relação que deveria ser dinâmica e proveitosa no contexto educacional.

Outro fator de grande relevância é o reforçamento dos laços entre família e escola, visto que muitos responsáveis participantes da pesquisa apontaram que tal iniciativa representa um espaço para ampliação de suas vozes – o que por conseguinte proporciona uma sensação de acolhimento. Este aspecto merece destaque, pois, se o componente familiar sempre representou um importante eixo de articulação para o trabalho docente, neste momento estes laços se fazem primordialmente necessários.

REFERÊNCIAS

- a) BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5/2020 de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 de dez. 2020.
- b) CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade: Região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://casافلuminense.org.br/mapa-da-desigualdade>>. Acesso em: 12 de dez. 2020
- c) FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19: crianças na pandemia covid-19. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes/Fiocruz), 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/crianc%cc%a7as_pandemia.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.
- d) LANE, S. T. M. O que é Psicologia Social. Coleção primeiros passos. São Paulo: Nova Cultural – Brasiliense, 1985.
- e) MARTINS, M. F.; COUTINHO, L. C. S.; CORROCHANO, M. C. Condições e dinâmica cotidiana e educativa na RMS (Região Metropolitana de Sorocaba/SP) durante o afastamento social provocado pelo coronavírus. 2020. Relatório de Pesquisa. (Relatório técnico-científico de pesquisa do Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, PPGEd-SO). Sorocaba: UFSCar, 2020. Disponível em: <<https://www.ppped.ufscar.br/pt-br/arquivos-1/relatorio-de-pesquisa-educacao-e-coronavirus-na-reg-de-sorocaba-ufscar-26-05-2020pdf.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2020.
- f) MARTINS, V; ALMEIDA, J. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberesfazeres escolares em exposição nas redes. Revista Saberes e Cibercultura. Rio de Janeiro, v. 4, n.2. 2020, p. 215-224. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/issue/view/2027/showToc>>. Acesso em: 8 dez. 2020.
- g) PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA. Educa Mesquita. Disponível em: <<http://minhaaula.mesquita.rj.gov.br>>. Acesso em: 7 out. 2020.
- h) REIS, Risolene Pereira. Relação família e escola: uma parceria que dá certo. Mundo Jovem: um jornal de ideias. p. 06. Ano XLV – nº 373 - Fevereiro de 2007.
- i) REGUEIRA, C. Acesso à informação é prejudicado na Baixada Fluminense por falta de internet de qualidade, diz pesquisa, G1, Rio de Janeiro, 18 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/18/aceso-a-informacao-e-prejudicado-na-baixada-fluminense-por-falta-de-internet-de-qualidade-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 11 out. 2020.

j) SANTOS, M. P. dos. Práticas de inclusão em educação: dicas para professores. In: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. 2016. 20p. Disponível em: <<https://ihainforma.files.wordpress.com/2010/09/monica-pereira-dos-santos-praticas-de-inclusao-em-educacao1.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

k) SZYMANZKI, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. 1ª reimpressão. Brasília, Plano Editora: 2003.